

As calamidades do século XIV num jogo de espelhos. O colorido panorama da sociedade europeia no fim da Idade Média, por Barbara Tuchman

Victor Deodato da Silva

Departamento de História — FFLCH/USP

Um espelho distante. Um título bem estranho para uma obra de História. E com um subtítulo que não o elucida muito, embora seja esclarecedor quanto ao conteúdo: *o calamitoso século XIV* (1). As sisudas mentes científicas dos medievistas de profissão se empertigarão, mas a sua curiosidade, tanto quanto a do leitor leigo, já estará suscitada. Se quisermos saber o porquê do título necessário será ler a introdução e mesmo assim a explicação será algo menos do que explícita: “A gênese deste livro foi o desejo de investigar quais os efeitos sobre a sociedade do mais letal desastre que a História registra: ou seja, a Peste Negra de 1348-50, que matou cerca de um terço da população vivendo entre a Índia e a Islândia. Dadas as possibilidades de nosso próprio tempo, a razão de meu interesse é óbvia”. No original inglês a frase, que procuramos verter fielmente, soa tão desajeitada quanto em português e se constitui na única alusão, bastante discreta, pudica mesmo, ao perigo atômico.

(1) — Tuchman, Barbara W., *A Distant Mirror. The Calamitous 14th Century*. Nova York, Ballantines Books, 1978.

Se nessa mesma introdução, novos paralelos, sempre cautelosos, são estabelecidos entre as vicissitudes contemporâneas e as do “Trecento”, eles tendem a rarear no corpo da obra. O que é excelente, porque embora oferecendo algumas perspectivas sugestivas, as comparações históricas entre sociedades afastadas no tempo e/ou no espaço comportam riscos incomparavelmente maiores do que vantagens, ameaçando quem os tente de enredar-se numa intrincada meada de divagações de alcance quase que inevitavelmente duvidoso.

“A História é filha de seu tempo”. Desde a formulação do célebre axioma de Lucien Febvre ficou patente o cunho falacioso da pretensão positivista à objetividade histórica absoluta. É evidente que os interesses e valores de que está imbuído o historiador condicionam o sentido que ele dá à investigação, com inevitáveis reflexos no seu resultado. Todavia, e aí entra o espírito científico, deve o pesquisador submeter todo o seu labor ao crivo rigoroso da dúvida metódica, desde o levantamento dos fatos, passando pela sua transformação em dados, até chegar à sua articulação em sistemas explicativos globais. Nesse sentido, pode-se mesmo dizer que reconhecer a inevitabilidade desses condicionamentos se constitui no primeiro e essencial passo para neutralizar seus mais indesejáveis efeitos no plano científico.

Convém assinalar que os períodos históricos ditos “baixos” (Baixo Império Romano, Baixa Idade Média), com tudo que o termo comporta de idéia de mutação patológica, de degenerescência, têm sido bastante beneficiados pela expectativa que se percebe no Ocidente quanto ao fim talvez suposto do ciclo histórico que vivemos (ou que já foi atingido sem que o tenhamos percebido). Nem Antiguidade nem Idade Média, nem medieval nem moderno: esse hibridismo que os torna fugidios — e que durante muito tempo tendeu a afugentar os historiadores do estudo tanto dos séculos finais da civilização romana, quanto da fase que precede ao Renascimento e às grandes descobertas marítimas, provocando não raro atitudes complexadas dos que se dispunham a fazê-lo — contribui hoje para sua atração, numa época que sente comprometidas as convicções na continuidade indefinida do progresso, numa sociedade que, ao mesmo tempo em que desfruta de seus benefícios, inquieta-se com suas sequelas negativas e com os impasses que o acompanham.

Independente, porém, dessa similitude genérica, traços mais particulares aproximam o fim da Idade Média de nossa época, como a generalidade e caráter fortemente destrutivo dos conflitos bélicos, a frequência e intensidade dos abalos sociais e as crises de caráter econômico-financeiro. Tudo isso explica que sejam frequentes em obras relativas a esse período as declarações de motivação invocando os problemas da atualidade, mas talvez nenhuma tenha ido tão longe, permeando o próprio título. Sem dúvida, um intuito comercial justifica essa opção, pois com

ele a atenção dos leitores que compartilham das inquietações declaradas por Mrs. Tuchman é imediatamente atraída, o que certamente contribuiu significativamente para que o livro se convertesse num “best-seller”. Mas, apressamo-nos em acrescentar, o êxito também se justifica por suas qualidades intrínsecas: clareza e fluência expositiva, capacidade de dramatização que não redunde no patético, mas mantém acesa a atenção do leitor, consistência de conteúdo, segurança de informações e uma dosagem equilibrada de engajamento e serenidade.

Voltando ao título, comercialismo à parte, ele se justifica em relação a certas características da obra. De início, ela se constitui na sua maior parte numa operação de síntese mais do que num esforço de pesquisa pessoal e, portanto, *reflete* o estágio atual de conhecimentos sobre o período. As fontes a ele remontando são quase que exclusivamente literárias e narrativas e como tais um *reflexo* dos acontecimentos, obsessões e sensibilidade da época, mais do que repositórios de dados precisos. Quando se pensa em espelho, se pensa automaticamente em *imagens* e o livro é eminentemente visual, detendo-se longamente na indumentária e costumes, festas e torneios, desenrolar de batalhas e descrições de assembléias e sedições. Enfim, mais do que analisar em profundidade esse século conturbado procurando explicações estruturais, prevalecendo-se de técnicas modernas de pesquisa, como as quantitativas, Tuchman o apresenta, deixando ao leitor o ônus de concluir sobre os pontos enfocados.

Mas é na própria estrutura da obra que se pode perceber o que poderíamos qualificar de dialética especular, na interação mútua, na *reflexão* recíproca do geral e do particular. Com efeito, raciocinando talvez mais como escritora do que propriamente como historiadora, adotou a autora uma organização formal que podemos aproximar à de *Guerra e Paz*, de Tolstói, descontada naturalmente a carga de ficção desta, opondo indivíduos (no nosso caso um indivíduo, o Sire de Coucy, Enguerrand VII (1340-1397), poderoso barão da Picardia) ao pano de fundo coletivo. Dado que o aludido personagem teve como áreas de atuação a Inglaterra, terras do Império (Alemanha e Itália) e o Danúbio inferior (Hungria e Romênia), além da França, essa é a região coberta pelo trabalho. Outra fora a personalidade escolhida, Du Guesclin por exemplo, e teríamos certamente um deslocamento da moldura geográfica, com a Península Ibérica, na alternativa hipotética proposta, substituindo o complexo político ítalo-germânico.

Essa inserção do individual no coletivo não deixa de apresentar inconvenientes. Nem sempre a Autora é feliz nas transições de um plano para o outro. Ora tem-se a impressão de que ela usa a figura de Enguerrand VII como pretexto para digressões generalizadoras, como no longo desenvolvimento a respeito da relativa ausência de interesse pela infância atribuída ao período (pp. 49 sgg.), para concluir inocuamente

que nada se sabe de concreto no caso do personagem em questão (p. 62). Em outras oportunidades são referências, também inconclusivas porque não documentadas, sobre qual poderia ter sido a atuação do Sire de Coucy em determinados episódios — como na oposição liderada pelo rei de Navarra, Carlos o Mau, contra o Delfim em 1357, após a derrota francesa em Poitiers em 1356 (p. 169) — e que soam intempestivas e gratuitas, dando a impressão de visarem apenas fazer com que os leitores não esqueçam representar ele o ponto principal de referência da trama.

Todavia, se esse elemento de especulação desnecessária pode ser lamentado, deve-se admitir que nesse método as vantagens superam os inconvenientes. Graças a ele evitam-se as reduções sistemáticas e as forças contraditórias que moviam os homens se tornam mais facilmente perceptíveis e vívidas. Às vezes esses corretivos incidem sobre pormenores secundários como quando, tratando do casamento da filha de Enguerrand VII, situa entre os interessados o recém-enviuado filho do rei do Aragão, que iniciou gestões para casar-se de novo oito dias depois da morte da mulher, comentando que “tais posições (de esposa de altos potentados) não eram deixadas desocupadas por muito tempo”, para apenas informar dois parágrafos abaixo, que no caso do Sire de Coucy, que perdeu a esposa pouco depois, “menos precipitado do que o príncipe de Aragão, ou muito ocupado com negócios urgentes, não preencheu o vazio por sete anos” (p. 351).

Em outras oportunidades a matização é mais sutil e envolve aspectos bem mais significativos. Nesse sentido, já se observou que o grande cronista do período, Froissart, pretendia registrar as “maravilhas e belos feitos de armas” ocorridos quando das “grandes guerras da França e Inglaterra e dos reinos vizinhos”, quando na verdade, ele acaba por pintar “o afresco horrível e lamentável das pilhagens, dos incêndios, das astúcias desavergonhadas e das crueldades desumanas que tecem o pano de fundo de sua época” (2). Sem dúvida é esse também o quadro que transmite o livro de Tuchman e nele ocupam um lugar de destaque os vícios que marcavam o comportamento dos grupos dirigentes, tais como carência de espírito público verdadeiro, exibicionismo desenfreado e insaciável cupidez, incompetência militar mal oculta pela obsessão da proeza individual. Todavia, ao aprofundar a conduta de Enguerrand VII evidencia-se que tais tendências não podem ser atribuídas indistintamente a todos os componentes da camada baronial, pois ele se revela em geral fiel aos seus compromissos, discreto, eficiente e cultivador de uma coragem temperada pela prudência.

Poder-se-ia aventar a possibilidade de uma identificação entre a autora e o personagem suscetível de conduzir à indulgência, mas não parece ser o caso e seria antes o caso de nos perguntarmos se em relação a

(2) — Glénisson, Jean., *Les Découvertes du Monde*. Paris, 1966, p. 37.

outros indivíduos que aparecem com destaque no livro e que transmitem uma imagem não muito positiva, ela não se alteraria bastante se enfocados os acontecimentos sob sua ótica. Em suma, no caso o Sire de Coucy funciona como uma espécie de fio condutor da narração — embora frequentemente despercebido em assaz longas sequências — e como tal possibilita em muitos casos a redução às suas devidas proporções afirmações muito categóricas.

Num outro plano, contribui essa fórmula para alterar o alcance da obra. Se esta se ativesse ao período como um todo, estaríamos simplesmente diante de uma síntese ao nível da divulgação. Com esse elemento de especificidade, temos nela praticamente a inserção de uma monografia, na qual podem ser detectadas contribuições originais significativas para a compreensão do período, fugindo à mera reprodução resumida dos dados fornecidos pela historiografia corrente do período.

A autora é auto-didata e seus livros de História não têm se acantonados no período medieval, o qual demanda uma formação específica rigorosa. É preciso reconhecer que, no conjunto, a obra em questão não se ressent de forma sensível de deficiências a esse respeito, ainda que lapsos possam ser detectados, muitos dos quais, aliás, têm seus similares em trabalhos do mesmo gênero, ou seja, do tipo panorâmico, de medievistas experientes e reputados. Às vezes trata-se de anacronismos, como quando fala de Chaucer, feito prisioneiro na França em 1359, como estando então a serviço do duque de Clarence, quando Lionel, filho de Eduardo III, só obteve esse título em 1362 (p. 192) ou quando situa os “*ecorceurs*” (escalpeladores), bandos de soldados que se entregavam à pilhagem por falta de soldo regular como em ação no período que se segue ao tratado de Bretigny (1360), quando na realidade eles só surgem na fase posterior à batalha de Azincourt (1415) da Guerra dos Cem Anos (p. 223).

Em outras oportunidades, a autora parece se equivocar quanto ao “status” dos personagens com consequências próximas do aberrante. Por exemplo, ao qualificar de “notable great lord” a Bertucat d’Albret, chefe de um dos piores bandos de “*routiers*” (literalmente “*estradeiros*”, ou seja, soldados de fortuna, que se tornavam salteadores quando lhes faltava inimigo a combater e com ele o respectivo soldo, ao serem licenciados pela Coroa) a agir na França meridional (p. 223). Embora pertencente a uma das famílias mais nobres e poderosas da Aquitânia, os d’Albret, o era na condição de bastardo e como tal privado de participação patrimonial, o que retira todo sentido à avaliação social que lhe é atribuída.

Ocasionalmente, deparamos com generalizações categóricas imprecisas como — ao tratar da preocupação da monarquia francesa com a manutenção de terras do reino pelos reis ingleses por ocasião da eclosão da

Guerra dos Cem Anos — a de que “todo rei francês durante duzentos anos tentou por guerra, confisco ou tratado, recuperar a Aquitânia” (p. 72). Ocorre que pelo menos um deles, Luis IX (São Luis) preferiu consolidar a situação de feudo francês do rei da Inglaterra para a região, alegando que nada havia de mais honroso para um rei do que ter outro rei como vassalo face à opinião desfavorável dos barões franceses.

Os deslizes terminológicos, fator usualmente dos mais frequentes de restrições aos trabalhos de auto-didatas partidos dos meios acadêmicos, também fazem sua aparição, embora não tão numerosos quanto se poderia prever. Um dos mais chocantes ocorre quando a expressão “gentillesse” (no caso sinônimo de nobreza, cobrindo todos os de “boa raça”, do latim “genus, gentis”) usada por Froissart, é traduzido por “gentry” (p. 182). Apesar de esta expressão inglesa derivar do aludido vocábulo francês, ela passou a ter uma significação inteiramente distinta na Inglaterra, referindo-se às famílias com renda suficiente para que seu representante masculino prestasse o serviço militar a cavalo, distinguindo-se da “nobility” propriamente dita.

Enfim, já se percebe que falhas existem e seria monótono continuar a insistir nelas. É injusto também, porque mesmo quando da autoria de especialistas consagrados, críticas de detalhe semelhantes são usuais em relação a obras de síntese, visto que o leque de informações a serem dominadas e de conexões a serem estabelecidas é tão amplo que torna impossível o seu controle completo. E, no caso do “espelho” de Mrs. Tuchman, ocupa ele uma área assaz vasta para recomendar indulgência para com tais deslizes e realçar o fato de que aquilo que se encontra sob seu raio de ação aí é refletido com bastante nitidez e ainda permite divisar parcelas consideráveis do que se encontra mais para trás.

Vemos assim as grandes peripécias do período se desenrolarem em meio às catástrofes, tanto naturais, como a Peste Negra, que desde sua espetacular manifestação de 1348 mantém-se como uma espada de Dâmocles permanente sobre os homens, ameaçando a todo instante retomar sua faina mortífera, quanto as provocadas pela ação humana, incluindo as guerras, sobrecargas fiscais, rivalidades mesquinhas às vezes levadas longe, como no caso do Cisma que cindiu a Cristandade ou no da carga dos tios de Carlos VI contra o irmão deste, sobretudo quando agravadas pela loucura, presumível no caso do papa “romano” Urbano VI e inequívoca no que concerne ao rei francês.

Nessa cadeia de calamidades três “tempos fortes” podem ser percebidos: o primeiro, bastante extenso, cobrindo os anos 1346 a 1360, em que a Peste Negra e as devastações da guerra se acumulam, agravadas por violentas convulsões sociais; estas também ocupam lugar de destaque no segundo, bem mais breve, e que se situam nos dois ou três anos

que antecedem e sucedem a 1380 e que têm no Cisma de 1378 a sua manifestação maior; a última, eclodindo com a loucura de Carlos VI em 1392 e tendo como manifestação mais sensível a desastrada campanha de Nicópolis em 1396, empreendida contra os turcos e que terminou com um massacre dos cristãos, revelou-se mais amena que as anteriores, valendo sobretudo como um prenúncio das desgraças do século seguinte.

A decompor e interpretar em profundidade, a autora preferiu cerrar a trama e sobretudo mostrar. O método tem suas vantagens. Fiel à primeira postura preocupado em isolar os gestos para discernir a mentalidade do período, em seu célebre livro, refere-se Huizinga a “Philippe van Artevelde, o dirigente dos insurretos flamengos, que gostaríamos de descrever como um revolucionário simples e sóbrio, (mas que) mantinha um tipo de vida à maneira dos príncipes. Anunciava-se o seu jantar com toques de música. As suas refeições eram servidas em baixela de prata como a de um conde da Flandres; ele passeia, de vestes vermelhas adornadas de peles, precedido do seu pendão desfraldado, o qual exhibe um escudo *sable* com três chapéus de prata” (3). Ao mostrar que ele passou a agir assim depois que se declarou “Regente da Flandres”, passando também a nomear magistrados para as cidades que aderiram à sua causa e promulgando novas leis, reduz Tuchman a proporções bem mais razoáveis e torna muito mais lógico o seu aparentemente extravagante comportamento.

Apesar desse e de outros exemplos que poderiam ser dados, nem por isso a postura analítica deixa de ser, no balanço final, mais profunda e profícua do que a descritiva. Obras de síntese são publicadas constantemente, visando tanto a satisfazer à curiosidade do público leitor em geral, quanto a propiciar aos especialistas reflexões sobre problemas de conjunto. É raro que tais livros marquem época nos anais historiográficos. Em relação à Idade Média, o último que nos parece merecer ser incluído nesse grupo de exceção é o de Jacques Le Goff (4). Agressivamente polêmico, drástico em suas revisões de conceitos e às vezes arrogante e grosseiro nos ataques aos defensores de posições mais tradicionais, suscitando mesmo mal-estar, revela-se em compensação inesgotável em sugestões de novas abordagens e contém, por assim dizer, tópicos para meditação em cada parágrafo, ainda que em meio a conclusões as mais discutíveis.

O livro de Tuchman não pertence obviamente à mesma categoria, mas ele nos permite mais uma vez conjecturar sobre as diferentes dimensões da condição humana. Se, como diz Voltaire, numa frase citada pela Autora, “a História nunca se repete, mas os homens sim”, então, nesse

(3) — Huizinga, Johan., *O declínio da Idade Média*. São Paulo, 1978, p. 119.

(4) — *La Civilisation de l'Occident Médiéval*. Paris, Arthaud, 1967.

sentido, o quão recuada possa ser a época a que se refira e o quão afastada geograficamente a sociedade considerada, toda obra histórica se constitui num espelho mais ou menos distante.